

DIREITO CONSTITUCIONAL	35	7. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	101
<i>Paulo Lépoire</i>		8. ORDEM SOCIAL.....	104
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	35	+ DICAS.....	106
+ QUESTÕES.....	37	1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	106
1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	37	1.1. CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL	106
2. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	43	1.2. OBJETO DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	106
2.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS.....	45	1.3. FORMAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL	106
2.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	50	1.4. CONSTITUCIONALISMO	106
2.3. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	51	1.4.1. CONCEITO	106
2.4. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	52	1.4.2. ETAPAS OU CICLOS CONSTITUCIONAIS.....	106
3. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	54	1.4.2.1. CONSTITUCIONALISMO PRIMITIVO (APROXIMADAMENTE DE 30.000 A. C. ATÉ 1.000 A. C.)	106
3.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA	54	1.4.2.2. CONSTITUCIONALISMO ANTIGO (APROXIMADAMENTE DE 1.000 A.C. AO SÉC. V D.C.)	106
3.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	56	1.4.2.3. CONSTITUCIONALISMO MEDIEVAL (SÉC. V A XVIII)	106
3.3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	62	1.4.2.4. CONSTITUCIONALISMO MODERNO (SÉC. XVIII A SÉC. XX)	106
3.4. SEPARAÇÃO DOS PODERES	63	1.4.2.5. CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO (SÉC. XX A SÉC. XXI)	107
3.4.1. PODER LEGISLATIVO.....	63	1.4.2.6. NEOCONSTITUCIONALISMO (SÉC. XX E SÉC. XXI)	107
3.4.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO.....	65	1.5. TRANSCONSTITUCIONALISMO	107
3.4.2. PODER EXECUTIVO.....	71		
3.4.3. PODER JUDICIÁRIO.....	76		
3.5. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	82		
4. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	85		
4.1. CONTROLE DIFUSO	90		
4.2. CONTROLE CONCENTRADO	92		
5. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	99		
6. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO	101		

1.6.	PÓS-POSITIVISMO.....	108	1.28.	TEORIAS DO DISCURSO E DA ARGUMENTAÇÃO	116
1.7.	NEOPOSITIVISMO.....	108	2.	PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	116
1.8.	TRANSCONSTITUCIONALISMO	108	2.1.	PODER CONSTITUINTE.....	116
1.9.	CONCEPÇÕES DE CONSTITUIÇÃO.....	108	2.1.1.	ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE.....	117
1.10.	SUPREMACIA CONSTITUCIONAL:.....	109	2.1.2.	LIMITAÇÕES AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO	117
1.11.	CLASSIFICAÇÃO OU TIPOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES	109	2.1.3.	REVISÃO CONSTITUCIONAL ..	118
1.11.1.	QUANTO À ORIGEM	109	2.1.4.	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	118
1.11.2.	QUANTO AO CONTEÚDO:.....	109	2.2.	DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	118
1.11.3.	QUANTO À FORMA:.....	109	3.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	120
1.11.4.	QUANTO À ESTABILIDADE.....	109	3.1.	FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA	120
1.11.5.	QUANTO À EXTENSÃO:.....	109	3.2.	FEDERALISMO	120
1.11.6.	QUANTO À FINALIDADE:.....	110	3.3.	PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO	120
1.11.7.	QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO:.....	110	3.4.	PODERES DA UNIÃO	120
1.11.8.	QUANTO À IDEOLOGIA:.....	110	3.5.	OBJETIVOS FUNDAMENTAIS	120
1.11.9.	QUANTO AO VALOR OU ONTOLOGIA (KARL LOEWESTEIN).....	110	3.6.	RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	121
1.12.	COMPONENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	110	3.7.	PRECEITOS FUNDAMENTAIS.....	121
1.13.	ELEMENTOS DAS CONSTITUIÇÕES	111	4.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	121
1.14.	BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE... ..	111	4.1.	TEORIA GERAL.....	121
1.15.	CONVENÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	111	4.2.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	125
1.16.	NORMAS, POSTULADOS NORMATIVOS, PRINCÍPIO E REGRAS.....	111	4.3.	AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	140
1.17.	COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	111	4.3.1.	HABEAS CORPUS.....	140
1.18.	EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	112	4.3.2.	MANDADO DE SEGURANÇA..	141
1.19.	CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO À EFICÁCIA	112	4.3.3.	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	143
1.20.	CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS MATERIALMENTE CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	112	4.3.4.	HABEAS DATA.....	143
1.21.	EFICÁCIA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS (SEGUNDO LUÍS ROBERTO BARROSO).....	113	4.3.5.	MANDADO DE INJUNÇÃO.....	144
1.22.	MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	113	4.3.6.	AÇÃO POPULAR.....	145
1.23.	LEITURA MORAL DA CONSTITUIÇÃO..	114	5.	DIREITOS SOCIAIS.....	147
1.24.	PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	114	5.1.	TEORIA GERAL.....	147
1.24.1.	PRINCÍPIOS ENUNCIADOS POR CANOTILHO	114	5.2.	TRABALHADOR DOMÉSTICO.....	148
1.24.2.	OUTROS PRINCÍPIOS.....	114	6.	DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	150
1.25.	CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SEGUNDO JOSÉ AFONSO DA SILVA	115	6.1.	BRASILEIROS NATOS	150
1.26.	CONSTITUIÇÃO, COSMOPOLITISMO E ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO:.....	115	6.2.	BRASILEIROS NATURALIZADOS	150
1.27.	FILOSOFIA CONSTITUCIONAL.....	115	6.3.	CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS	151
			6.4.	PERDA DA NACIONALIDADE.....	151
			6.5.	MEDIDAS DE EXCLUSÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL	151
			6.6.	EXTRADIÇÃO	152
			6.7.	IDIOMA OFICIAL	153
			7.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS	153
			7.1.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS.....	153
			7.2.	CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	153
			7.3.	ALISTAMENTO E VOTO	153
			7.4.	CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE.....	154

7.5.	SISTEMAS ELEITORAIS.....	154	12.4.	CONTROLE JURISDICIONAL.....	200
7.6.	INELEGIBILIDADE REFLEXA.....	155	12.4.1.	CONTROLE DIFUSO.....	200
7.7.	ELEGIBILIDADE DO MILITAR.....	155	12.4.2.	CONTROLE CONCENTRADO...	204
7.8.	HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE.....	155	12.4.2.1.	ADI.....	207
7.9.	IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELETIVO.....	156	12.4.2.2.	ADC.....	211
7.10.	PARTIDOS POLÍTICOS.....	156	12.4.2.3.	ADI POR OMISSÃO...	212
8.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	156	12.4.2.4.	ADI INTERVENTIVA..	212
8.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	156	12.4.2.5.	ADPF.....	212
8.2.	INTERVENÇÃO.....	158	12.5.	CONTROLE CONCENTRADO ESTADUAL.....	214
8.3.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	159	12.6.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	215
8.3.1.	COMPETÊNCIA DA UNIÃO.....	159	12.7.	HERMENÊUTICA NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	216
8.3.2.	COMPETÊNCIA DOS ESTADOS E COMPETÊNCIA CONCORRENTE.....	162	12.8.	TÉCNICAS DE DECISÕES NO DIREITO COMPARADO E O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	218
8.3.3.	COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS.....	163	13.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	219
9.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	164	13.1.	ESTADO DE DEFESA.....	219
9.1.	CONSTITUIÇÃO E A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	164	13.2.	ESTADO DE SÍTIO.....	219
9.2.	PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	164	13.3.	FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA.....	219
9.3.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	165	14.	TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	220
9.4.	SERVIDORES PÚBLICOS.....	165	14.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	220
10.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	170	14.2.	PRINCÍPIOS.....	220
10.1.	PODER LEGISLATIVO.....	171	14.3.	ORÇAMENTO.....	222
10.1.1.	IMUNIDADES.....	172	15.	ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	222
10.1.2.	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI.....	173	15.1.	PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA.....	222
10.1.3.	TRIBUNAL DE CONTAS.....	176	15.2.	EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO.....	223
10.1.4.	PROCESSO LEGISLATIVO.....	177	15.3.	POLÍTICA URBANA.....	223
10.2.	PODER EXECUTIVO.....	180	15.4.	POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA.....	223
10.3.	PODER JUDICIÁRIO.....	183	15.5.	SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	223
10.3.1.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	188	16.	ORDEM SOCIAL.....	224
10.3.2.	PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE.....	190	16.1.	SEGURIDADE SOCIAL.....	224
11.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	191	16.2.	EDUCAÇÃO.....	225
11.1.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	191	16.3.	CULTURA.....	227
11.2.	ADVOCACIA PÚBLICA.....	196	16.4.	MEIO AMBIENTE.....	227
11.3.	ADVOCACIA.....	197	16.5.	FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO.....	227
11.4.	DEFENSORIA PÚBLICA.....	197	16.6.	ÍNDIOS.....	228
12.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	198	DIREITO PENAL.....	229	
12.1.	BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE...	198	Rogério Sanches Cunha		
12.2.	EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	199	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	229	
12.3.	FORMAS DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	199	+ QUESTÕES.....	231	
12.3.1.	CONTROLE PRÉVIO OU PREVENTIVO.....	200	1.	PRINCÍPIOS.....	231
12.3.2.	CONTROLE POSTERIOR OU REPRESSIVO.....	200	2.	INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	232
			3.	EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	233
			4.	DO CRIME.....	233

4.1. TEORIA DO DELITO.....	233	45.1. LEI DE DROGAS.....	292
4.2. CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DE CRIMES.....	238	45.2. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	295
5. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.....	238	45.3. CRIMES AMBIENTAIS.....	296
6. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	240	45.4. CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	298
7. ARREPENDIMENTO POSTERIOR.....	241	45.5. EXECUÇÃO PENAL.....	299
8. CRIME IMPOSSÍVEL.....	242	45.6. ARMA DE FOGO.....	301
9. DOLO.....	243	45.7. CRIMES DE TRÂNSITO.....	302
10. CULPA.....	244	45.8. CRIMES CONTRA OS ÍNDIOS.....	303
11. ERRO.....	245	45.9. LAVAGEM DE DINHEIRO.....	304
12. EXCLUSÃO DA ILICITUDE.....	247	45.10. CRIME ORGANIZADO.....	306
13. CULPABILIDADE.....	248	45.11. CRIMES RELATIVOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES.....	307
14. CONCURSO DE PESSOAS.....	249	45.12. CRIMES CONTRA O SERVIÇO POSTAL.....	309
15. PENA DE MULTA.....	252	45.13. CRIMES CONTRA O MERCADO DE CAPITAIS.....	310
16. APLICAÇÃO DA PENA.....	253	45.14. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.....	311
17. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA.....	257		
18. EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	258	+ DICAS (RESUMO).....	313
19. MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	259	1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO PENAL.....	313
20. AÇÃO PENAL.....	261	2. FONTES DO DIREITO PENAL.....	313
21. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	261	3. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	314
21.1. PRESCRIÇÃO.....	266	4. TEORIA GERAL DA NORMA PENAL.....	314
22. HOMICÍDIO.....	267	5. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	315
23. CRIMES CONTRA A HONRA.....	268	6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO.....	316
24. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO.....	268	7. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	317
25. FURTO.....	269	8. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA, CONTAGEM DE PRAZO, CONFLITO APARENTE DE NORMAS.....	319
26. ROUBO.....	270	9. DO CRIME.....	320
27. ESBULHO POSSESSÓRIO.....	271	10. <i>ITER CRIMINIS</i>	328
28. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....	272	11. CONCURSO DE PESSOAS.....	329
29. ESTELIONATO.....	273	12. TEORIA GERAL DAS PENAS.....	331
30. ESCUSAS RELATIVAS.....	278	13. AÇÃO PENAL.....	340
31. ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	279	14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	341
32. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	279	15. CRIMES CONTRA A PESSOA.....	344
33. FABRICO, FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO POSSE OU TRANSPORTE DE EXPLOSIVOS OU GÁS TÓXICO, OU ASFIXIANTE.....	280	16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	355
34. MOEDA FALSA.....	281	17. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	367
35. FALSA IDENTIDADE.....	282	18. CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.....	369
36. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR.....	283	19. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	369
37. PECULATO.....	284	20. PROMOÇÃO DE MIGRAÇÃO ILEGAL.....	376
38. ADVOCACIA ADMINISTRATIVA.....	284	21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	376
39. DESCAMINHO.....	285	22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	377
40. CONTRABANDO.....	286	23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA.....	380
41. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	287	24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA.....	381
42. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA.....	289	25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	383
43. FALSO TESTEMUNHO.....	290	26. LEIS ESPECIAIS.....	400
44. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO.....	291		
45. LEIS ESPECIAIS.....	292		

✦ SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	428
1. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO.....	428
1.1. STF.....	428
1.2. STJ.....	428
2. EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS.....	428
2.1. STF.....	428
3. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA.....	428
3.1. STF.....	428
4. CONCURSO DE PESSOAS.....	428
4.1. STF.....	428
5. APLICAÇÃO DA PENA.....	428
5.1. STF.....	428
5.2. STJ.....	429
6. PENA DE MULTA.....	429
6.1. STF.....	429
7. AÇÃO PENAL.....	429
7.1. STF.....	429
8. CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE.....	429
8.1. STJ.....	429
9. PRESCRIÇÃO.....	429
9.1. STF.....	429
9.2. STJ.....	429
10. FURTO.....	429
10.1. STJ.....	429
11. ROUBO.....	430
11.1. STF.....	430
11.2. STJ.....	430
12. EXTORSÃO.....	430
12.1. STJ.....	430
13. ESTELIONATO.....	430
13.1. STF.....	430
13.2. STJ.....	430
14. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	430
14.1. STJ.....	430
15. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.....	430
15.1. STJ.....	430
16. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO....	430
16.1. STJ.....	430
17. USO DE DOCUMENTO FALSO.....	430
17.1. STF.....	430
17.2. STJ.....	431
18. FALSA IDENTIDADE.....	431
18.1. STJ.....	431
19. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	431
19.1. STJ.....	431
20. CONTRABANDO E DESCAMINHO.....	431
20.1. STJ.....	431
21. FALSO TESTEMUNHO.....	431
21.1. STJ.....	431
22. LEIS ESPECIAIS.....	431
22.1. CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	431
22.1.1. STJ.....	431
22.2. CRIMES DE RESPONSABILIDADE.....	431
22.2.1. STF.....	431
22.2.2. STJ.....	431
22.3. EXECUÇÃO PENAL.....	431
22.3.1. STF.....	431
22.3.2. STJ.....	432
22.4. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	432
22.4.1. STJ.....	432
22.5. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA.....	432
22.5.1. STF.....	432
22.6. LEI Nº 9.099/95.....	433
22.6.1. STF.....	433
22.6.2. STJ.....	433
22.7. CRIMES CONTRA O SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES.....	433
22.7.1. STJ.....	433
22.8. CRIMES DE TRÂNSITO.....	433
22.8.1. STF.....	433
22.8.2. STJ.....	433
22.9. ARMAS DE FOGO.....	433
22.9.1. STJ.....	433
22.10. LEI MARIA DA PENHA.....	433
22.10.1. STJ.....	433
22.11. LEI DE DROGAS.....	433
22.11.1. STF.....	433
22.11.2. STJ.....	433
DIREITO TRIBUTÁRIO.....	435
<i>Harrison Leite e Thiana Cairo</i>	
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	435
✦ QUESTÕES.....	437
1. DIREITO TRIBUTÁRIO. TRIBUTO. CONCEITO. ESPÉCIES.....	437
1.1. TRIBUTO. CONCEITO.....	437
1.2. TRIBUTO. ESPÉCIES.....	438
1.2.1. IMPOSTOS.....	438
1.2.2. TAXAS.....	439
1.2.3. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS...	440
2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	443
2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	444

2.1.1.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE	444	1.1.	IMPOSTOS	501
2.1.2.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDA- DE	445	1.2.	TAXAS	502
2.1.3.	PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO AO CONFISCO	447	1.2.1.	TAXA X TARIFA	503
2.1.4.	PRINCÍPIO DO <i>NON OLET</i>	450	1.3.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	504
2.1.5.	PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO ÀS ISENÇÕES HETERÔNOMAS	451	1.4.	EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS.....	504
2.2.	IMUNIDADES.....	452	1.5.	CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	504
3.	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPE- TÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁ- RIA ATIVA.....	457	1.5.1.	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	504
3.1.	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	458	2.	DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	505
3.2.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	460	2.1.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRI- BUTÁRIOS	505
3.3.	CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA	461	2.2.	IMUNIDADES	508
4.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: VIGÊNCIA, APLI- CAÇÃO E EFICÁCIA	462	3.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁ- CIA.....	509
5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEIÇÃO PASSIVA	465	3.1.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	509
5.1.	FATO GERADOR.....	465	3.2.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.....	510
5.2.	SUJEIÇÃO PASSIVA.....	466	4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGIS- LAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	512
6.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	468	5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO. CAPACIDADE TRI- BUTÁRIA.....	515
7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUS- PENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDI- TO TRIBUTÁRIO.....	471	5.1.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERA- DOR.....	515
7.1.	LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	471	5.2.	SUJEITOS ATIVO E PASSIVO.....	517
7.2.	SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁ- RIO	474	5.3.	CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.....	517
7.3.	EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..	475	6.	SOLIDARIEDADE. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚN- CIA ESPONTÂNEA	518
7.4.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..	481	6.1.	SOLIDARIEDADE.....	518
8.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZA- ÇÃO. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÕES DE REGULA- RIDADE FISCAL	482	6.2.	DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	518
8.1.	FISCALIZAÇÃO	483	6.3.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	518
8.2.	DÍVIDA ATIVA	484	6.4.	DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138 CTN)	520
9.	IMPOSTOS FEDERAIS.....	486	7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUS- PENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDI- TO TRIBUTÁRIO	521
9.1.	IMPOSTO DE RENDA	486	7.1.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMEN- TO.....	521
9.2.	IPI	488	7.2.	EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	522
9.3.	IMPOSTO RESIDUAL	489	8.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRI- BUTÁRIO.....	526
9.4.	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR... ..	489	8.1.	GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁ- RIO	526
9.5.	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGURO, OU RE- LATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MO- BILIÁRIOS (IOF).....	490	8.2.	PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁ- RIO.....	528
10.	REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	490	9.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZA- ÇÃO. DÍVIDA ATIVA. DAS CERTIDÕES DE RE- GULARIDADE FISCAL.....	529
11.	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	492	9.1.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	529
12.	PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	493	9.2.	DÍVIDA ATIVA	529
13.	CRIMES TRIBUTÁRIOS	498			
DIREITO TRIBUTÁRIO.....		500			
+ DICAS (RESUMO).....		500			
1.	TRIBUTO. ESPÉCIES.....	500			

9.3. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	530	2.11.2. IPVA.....	552
10. IMPOSTOS FEDERAIS.....	532	2.12. IMPOSTOS MUNICIPAIS	552
11. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS.....	534	2.12.1. IPTU.....	552
12. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS	535	2.12.2. ISS	552
13. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS	541	2.13. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA..	553
14. PROCESSO TRIBUTÁRIO.....	543	2.14. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	553
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	547	2.15. BENEFÍCIO FISCAL	554
1. SÚMULAS DO STF.....	547	3. CARF – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS.....	554
1.1. TRIBUTO. ESPÉCIES	547	3.1. TRIBUTOS EM ESPÉCIE	554
1.1.1. TAXAS.....	547	3.2. SUJEITOS (ATIVO/PASSIVO), RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	555
1.1.2. CONTRIBUIÇÕES.....	547	3.3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITUIÇÃO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO	555
1.2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	548	3.4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	556
1.2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	548	3.5. PROCESSO TRIBUTÁRIO	557
1.2.2. IMUNIDADES.....	548		
1.3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO	548	DIREITO FINANCEIRO	559
1.3.1. ISENÇÃO	548	<i>Harrison Leite</i>	
1.3.2. DEPÓSITO.....	548	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	559
1.4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	548	✦ QUESTÕES.....	561
1.5. IMPOSTOS FEDERAIS	549	1. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO	561
1.5.1. IOF	549	1.1. FINANÇAS PÚBLICAS.....	561
1.5.2. IPI.....	549	2. ORÇAMENTO PÚBLICO	563
1.5.3. IR	549	2.1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	566
1.6. IMPOSTOS ESTADUAIS	549	2.2. LEIS ORÇAMENTÁRIAS	569
1.6.1. ICMS.....	549	2.2.1. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ..	569
1.6.2. ITCMD	549	2.3. CRÉDITOS ADICIONAIS	570
1.7. IMPOSTOS MUNICIPAIS	549	3. RECEITA PÚBLICA.....	571
1.7.1. IPTU.....	549	4. DESPESA PÚBLICA.....	576
1.7.2. ISS.....	550	4.1. CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS.....	576
1.7.3. ITBI.....	550	4.2. ETAPAS DAS DESPESAS PÚBLICAS.....	577
1.8. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	550	4.3. PRECATÓRIOS	577
2. SÚMULAS DO STJ.....	550	5. CRÉDITO PÚBLICO	580
2.1. TAXAS.....	550	6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	583
2.2. SIMPLES.....	550	7. TRIBUNAIS DE CONTAS.....	584
2.3. CONTRIBUIÇÕES.....	550	✦ DICAS (RESUMO).....	586
2.4. CRÉDITO TRIBUTÁRIO	550	1. DICAS DE DIREITO FINANCEIRO	586
2.5. DEPÓSITO	550	2. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS AO DIREITO FINANCEIRO – ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO.....	586
2.6. REPETIÇÃO DO INDÉBITO.....	551	3. DIREITO FINANCEIRO	586
2.7. REFIS.....	551	4. AUTONOMIA DO DIREITO FINANCEIRO	586
2.8. COMPENSAÇÃO.....	551	5. NORMAS GERAIS SOBRE DIREITO FINANCEIRO – FONTES DO DIREITO FINANCEIRO	586
2.9. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA	551	5.1. FONTES FORMAIS	586
2.10. IMPOSTOS FEDERAIS	551		
2.10.1. IOF	551		
2.10.2. IPI.....	551		
2.10.3. IR	551		
2.11. IMPOSTOS ESTADUAIS	552		
2.11.1. ICMS.....	552		

5.2. FONTES MATERIAIS	589	23. SOBRE OS FUNDOS. FUNDOS ESPECIAIS DE DESPESA E INVESTIMENTO.....	608
6. PREMISSAS DO DIREITO FINANCEIRO	590	24. DUODÉCIMOS	609
6.1. LIMITAÇÃO DE RECURSOS.....	590	25. DESPESA PÚBLICA.....	609
6.2. ESCOLHAS TRÁGICAS	590	25.1. CONCEITO	609
7. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	590	25.2. CLASSIFICAÇÕES	610
8. ORÇAMENTO PÚBLICO	590	25.3. ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA	610
8.1. ASPECTOS DO ORÇAMENTO	590	25.4. TIPOS DE REGIME CONTÁBIL	611
8.2. ESPÉCIES DE ORÇAMENTO	590	26. RESTOS A PAGAR.....	611
8.3. NATUREZA JURÍDICA	591	27. ADIANTAMENTOS OU SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	611
8.4. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DO ORÇAMENTO PÚBLICO	592	28. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (DEA)	611
9. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	592	29. PRECATÓRIOS.....	612
10. CICLO ORÇAMENTÁRIO (MEMORIZE: "IA-SEC").....	595	30. NOVO REGIME FISCAL (EC N. 95/16)	617
11. LEIS ORÇAMENTÁRIAS.....	596	30.1. PERÍODO DO NRF	617
11.1. PPA – PLANO PLURIANUAL – (ART. 165, § 1º DA CF).....	596	30.2. ALCANCE DO REGIME	617
11.2. LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (§ 2º DO ART. 165 DA CF).....	597	30.3. INDEXADOR DO CRESCIMENTO DAS DESPESAS	617
11.3. LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. (ART. 165, § 5º DA CF)	598	30.4. EXCEÇÕES AO REGIME	617
12. CRÉDITOS ADICIONAIS.....	598	30.5. VEDAÇÕES.....	618
13. ORÇAMENTO-PARTICIPATIVO.....	599	31. DESPESAS PÚBLICAS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	619
14. DESVINCULAÇÃO DA RECEITA DA UNIÃO – DRU.....	599	31.1. LIMITAÇÃO DE EMPENHO – CONTINGENCIAMENTO DE DOTAÇÕES.....	619
15. VEDAÇÕES DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	600	31.2. GERAÇÃO DE DESPESA (ART. 16 DA LRF)	619
16. RECEITA PÚBLICA.....	600	31.3. DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO – DOCC.....	619
16.1. CONCEITO	600	31.4. DESPESAS COM PESSOAL.....	620
16.2. CLASSIFICAÇÕES.....	600	31.5. DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA O SETOR PRIVADO.....	624
16.3. REGIME CONTÁBIL	602	31.6. COOPERAÇÃO ENTRE OS ENTES FEDERATIVOS.....	624
16.4. ESTÁGIOS DA RECEITA.....	602	31.7. TRANSFERÊNCIAS	624
17. DÍVIDA ATIVA	602	32. CRÉDITO PÚBLICO	626
18. RECEITA PÚBLICA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	603	32.1. O EMPRÉSTIMO COMO PROCESSO FINANCEIRO. ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DA DESPESA PÚBLICA.....	626
19. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) X BASE DE CÁLCULO DE DIVERSOS INSTITUTOS LEGAIS	603	32.2. CONCEITO	626
20. RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL (GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL).....	604	32.3. ESTADO CREDOR E ESTADO DEVEDOR.....	627
21. RENÚNCIA DE RECEITA (ART. 14 DA LRF)	604	32.4. NATUREZA JURÍDICA	627
22. REPARTIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA	605	32.5. TESE DRAGO.....	627
22.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E SEU REFLEXO NO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.....	606	32.6. CLASSIFICAÇÃO.....	627
22.3 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E REFLEXOS DA ISENÇÃO DO IPI E DO IR NOS REPASSES AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	607	33. CRÉDITO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	627
22.4 COMPENSAÇÃO DOS ESTADOS PELA DESONERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO ICMS – “LEI KANDIR”.....	607	33.1. COMPETÊNCIAS DO CONGRESSO NACIONAL.....	628
22.5. BLOQUEIO DE TRANSFERÊNCIAS.....	607	33.2. COMPETÊNCIAS DO SENADO	628
		34. CRÉDITO PÚBLICO NA LRF	628
		34.1. DEFINIÇÕES GERAIS (ART. 29 DA LRF)	628
		34.2. OPERAÇÕES DE CRÉDITO PROIBIDAS.	628

34.3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	629	10. SENTENÇA.....	692
34.4. LIMITES E CONTROLE PARA O ENDIV- DAMENTO PÚBLICO.....	629	11. PROCEDIMENTOS	697
34.5. ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇA- MENTÁRIA (ARO)	630	11.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁ- RIO E SUMÁRIO	697
36. DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	630	11.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995)	703
36.1. DO BANCO CENTRAL. DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, FISCAL E CAMBIAL	630	11.3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPE- CIAL.....	709
36.2. COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL DO BANCO CENTRAL.....	631	12. NULIDADES	718
36.3. EC N. 106/20 E AS ALTERAÇÕES MO- MENTÂNEAS NAS ATRIBUIÇÕES DO BANCO CENTRAL PARA COMBATER A “CALAMIDADE FISCAL”.....	632	13. RECURSOS E <i>HABEAS CORPUS</i>	720
36.4. AUTONOMIA DO BANCO CENTRAL	632	14. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	726
37. CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO	632	15. MEDIDAS CAUTELARES REAIS	735
38. ESPÉCIES DE CONTROLE	633	16. EXECUÇÃO PENAL.....	737
39. OBJETO DE CONTROLE.....	634	✦ DICAS (RESUMO).....	742
40. REFLEXOS DA LINDB NAS DECISÕES ENVO- LVENDO FINANÇAS PÚBLICAS	635	1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	742
41. TRIBUNAL DE CONTAS	635	DECRETO 678/1992 (CONVENÇÃO AMERI- CANA DE DIREITOS HUMANOS)	742
41.1. COMPETÊNCIAS DO TC	635	2. NORMA PROCESSUAL PENAL E SUA APLICA- ÇÃO.....	745
41.2. TRIBUNAL DE CONTAS E A LEI DE RES- PONSABILIDADE FISCAL	638	3. JUIZ DAS GARANTIAS	746
41.3. TRIBUNAL DE CONTAS E O SIGILO BANCÁRIO.....	638	4. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDI- MENTOS INVESTIGATÓRIOS	747
42. ORGANIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	638	5. AÇÃO PENAL.....	751
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	639	6. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	756
1. ORÇAMENTO PÚBLICO	639	7. COMPETÊNCIA	756
2. RECEITA PÚBLICA.....	639	8. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCI- DENTES	762
3. DESPESA PÚBLICA.....	639	9. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E CONTAGEM DE PRA- ZOS	765
4. CONTROLE DO ORÇAMENTO PÚBLICO	639	10. PROVAS	766
5. TCU.....	640	11. SENTENÇA.....	769
DIREITO PROCESSUAL PENAL ...	643	12. PROCEDIMENTOS	771
Ricardo Silveiras		12.1. PROCEDIMENTOS COMUNS ORDINÁ- RIO E SUMÁRIO	771
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	643	12.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/1995)	773
✦ QUESTÕES.....	645	12.3. PROCEDIMENTO DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	775
1. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PROCESSO PENAL	645	12.4. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CPP E LEGISLAÇÃO PROCESSUAL ESPE- CIAL.....	778
2. INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDI- MENTOS INVESTIGATÓRIOS	648	13. NULIDADES	782
3. AÇÃO PENAL.....	655	14. RECURSOS.....	783
4. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i>	655	15. <i>HABEAS CORPUS</i>	785
5. COMPETÊNCIA	656	16. MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	785
6. QUESTÕES PREJUDICIAIS, EXCEÇÕES E INCI- DENTES	669	17. MEDIDAS CAUTELARES REAIS.....	790
7. CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS.....	672	18. EXECUÇÃO PENAL.....	790
8. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL....	675	19. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL....	793
9. PROVAS	680	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	795
		✦ STF	795

PRINCÍPIOS E GARANTIAS.....	795	2.3. DIREITOS AUTORAIS.....	817
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMEN- TOS INVESTIGATÓRIOS.....	795	+ DOMICÍLIO	818
AÇÃO PENAL	796	1. ESPÉCIES DE DOMICÍLIO	818
COMPETÊNCIA.....	796	1.1. DOMICÍLIO PROFISSIONAL	818
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRA- ZOS	796	+ BENS	818
PROCEDIMENTOS	796	1. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	818
PROVAS.....	797	1.1. CONSIDERADOS EM SI MESMOS	818
SENTENÇA	797	1.1.1. DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS.....	818
NULIDADES.....	797	1.2. RECIPOCAMENTE CONSIDERADOS...	820
RECURSOS	797	1.2.1. PERTENÇAS.....	820
REVISÃO CRIMINAL.....	799	+ NEGÓCIO JURÍDICO	820
HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA ..	799	1. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JU- RÍDICO	820
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	799	1.1. CONDIÇÃO	820
EXECUÇÃO PENAL	799	2. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	821
+ STJ	800	2.1. ESTADO DE PERIGO	821
INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS PROCEDIMEN- TOS INVESTIGATÓRIOS.....	800	2.2. LESÃO.....	822
AÇÃO PENAL	800	2.3. FRAUDE CONTRA CREDORES.....	824
COMPETÊNCIA.....	800	3. INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	826
CITAÇÃO, INTIMAÇÕES E CONTAGEM DE PRA- ZOS	801	3.1. SIMULAÇÃO	826
PROCEDIMENTOS	801	3.2. CONVERSÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO NULO	827
NULIDADES.....	801	+ ATOS ILÍCITOS.....	828
RECURSOS	801	1. ABUSO DE DIREITO OU EXERCÍCIO IRREGU- LAR DO DIREITO	828
HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA ..	802	+ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	829
MEDIDAS COATIVAS PESSOAIS	802	1. CAUSA EXTINTIVA DA PRETENSÃO	829
EXECUÇÃO PENAL	802	2. PRAZOS GERAIS E ESPECIAIS	832
DIREITO CIVIL	805	3. EFEITOS DA INTERDIÇÃO NA PRESCRIÇÃO ...	832
Ronaldo Vieira Francisco		4. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO	834
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	805	5. PRESCRIÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	835
+ QUESTÕES.....	807	6. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS	837
+ LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DI- REITO BRASILEIRO	807	7. PRESCRIÇÃO DE COMISSÃO DE CORRETA- GEM E SATI	838
1. EFEITO REPRISTINATÓRIO	807	8. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO CONTRA O FIADOR.....	838
2. ULTRATIVIDADE DA NORMA	808	+ PROVAS	839
3. INTEGRAÇÃO OU COLMATAÇÃO	809	1. GRAVAÇÃO DE CONVERSA POR UM DOS IN- TERLOCUTORES.....	839
4. INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA	810	+ CÓDIGO CIVIL: PARTE ESPECIAL	840
5. EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO	811	+ DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	840
+ CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL	814	1. MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	840
+ PESSOAS NATURAIS	814	1.1. OBRIGAÇÕES DE FAZER.....	840
1. COMORIÊNCIA.....	814	1.2. OBRIGAÇÕES DE MEIO E RESULTADO.	841
2. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	814	1.3. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS.....	843
2.1. HIPÓTESES DE DISPOSIÇÃO DO CORPO	814	2. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	844
2.2. NOME	816	2.1. CESSÃO DE CRÉDITO	844

3. ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	846	9. MORTE DE MENOR, PENSÃO MENSAL, TERMO INICIAL E FINAL	892
3.1. DAÇÃO EM PAGAMENTO	846	+	DIREITO DAS COISAS
3.2. COMPENSAÇÃO	847	1. POSSE.....	892
4. INADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	848	1.1. EFEITOS DA POSSE.....	892
4.1. INADIMPLEMENTO ABSOLUTO	848	2. DIREITOS REAIS.....	894
4.2. VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO..	849	2.1. TAXATIVIDADE DOS DIREITOS REAIS..	894
4.3. PERDAS E DANOS.....	851	3. PROPRIEDADE.....	896
+	CONTRATOS EM GERAL	3.1. FUNÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA PROPRIEDADE	896
1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	852	3.2. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL	898
1.1. <i>DUTY TO MITIGATE THE LOSS</i>	852	4. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL	901
1.2. SUPRESSIO E SURRECTIO.....	853	4.1. USUCAPIÃO.....	901
2. INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS.....	854	4.2. ACESSÃO.....	906
3. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	857	4.2.1. ABANDONO DE ÁLVEO.....	906
4. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....	858	5. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE MÓVEL.....	906
5. VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	858	5.1. TRADIÇÃO	906
6. EVICÇÃO	860	6. CONDOMÍNIO.....	907
7. EXTINÇÃO DO CONTRATO	861	7. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	908
7.1. CLÁUSULA RESOLUTIVA.....	861	8. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	910
7.1.1. TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL	863	8.1. SERVIDÕES.....	910
7.2. ONEROSIDADE EXCESSIVA.....	863	8.2. USUFRUTO	911
+	CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	8.3. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR.....	915
1. COMPRA E VENDA	865	9. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	916
2. DOAÇÃO.....	867	9.1. HIPOTECA.....	916
3. COMODATO.....	868	+	DIREITO DE FAMÍLIA
4. EMPREITADA	869	1. REGIME DE BENS ENTRE OS CÔNJUGES.....	918
5. DEPÓSITO.....	871	1.1. NEGÓCIOS QUE INDEPENDEM DE OUTORGA CONJUGAL.....	918
6. MANDATO	872	2. DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL	919
7. TRANSPORTE	875	2.1. SEPARAÇÃO.....	919
8. SEGURO.....	877	3. BEM DE FAMÍLIA CONVENCIONAL.....	920
9. TRANSAÇÃO.....	879	4. CURATELA	921
+	RESPONSABILIDADE CIVIL	+	DIREITO DAS SUCESSÕES
1. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA	880	1. SUCESSÃO EM GERAL	923
2. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATIVIDADE LÍCITA DE RISCO.....	882	1.1. TRANSMISSÃO DA HERANÇA.....	923
3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO INCAPAZ.....	883	2. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	924
4. ESTADO DE NECESSIDADE.....	885	2.1. FORMA DO TESTAMENTO	924
5. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DE OUTREM.....	885	+	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....
5.1. RESPONSABILIDADE DOS PAIS PELOS ATOS DOS FILHOS MENORES.....	885	1. ENFITEUSE E A HIPOTECA SOBRE O DOMÍNIO ÚTIL	925
5.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR PELOS ATOS DOS EMPREGADOS.....	886	+	LEGISLAÇÃO ESPECIAL CÍVEL.....
6. RESPONSABILIDADE PELO FATO DA COISA...	888	1. ESTATUTO DO IDOSO – LEI 10.741, DE 01 DE OUTUBRO DE 2010.....	927
7. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS BANCOS EM CASO DE ASSALTO	889	2. LEI DE LOCAÇÃO – LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991	928
8. LIQUIDAÇÃO DO DANO MORAL.....	890		

3.	LEI DOS REGISTROS PÚBLICOS – LEI 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973.....	929	3.1.1.	PERSONALIDADE. CAPACIDADE. LEGITIMAÇÃO.....	947
4.	LEI DOS DIREITOS AUTORAIS – LEI 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	931	3.1.2.	COMEÇO DA PERSONALIDADE. NASCITURO. TEORIAS.....	947
+	DICAS.....	932	3.1.3.	INCAPACIDADES.....	947
1.	ACEPÇÕES E GENERALIDADES DO DIREITO ..	932	3.1.3.1.	LEI 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015 (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)	948
1.1.	DIREITO E MORAL	932	3.1.4.	TEMAS DIVERSOS DE INCAPACIDADE.....	949
1.2.	DIREITO POSITIVO E NATURAL	932	3.1.5.	REPRESENTAÇÃO. AUTO-CONTRATO OU CONTRATO CONSIGO MESMO (CC, ARTS. 115 A 120).....	950
1.3.	DIREITO OBJETIVO E SUBJETIVO.....	932	3.1.6.	MAIORIDADE. EMANCIPAÇÃO (CC, ART. 5º, I A V)	951
1.4.	DIREITO PÚBLICO E PRIVADO.....	933	3.1.7.	EXTINÇÃO DA PESSOA NATURAL. COMORIÊNCIA.....	951
1.5.	PRECEDENTES DA CODIFICAÇÃO.....	933	3.2.	AUSÊNCIA (CC, ART. 22 A 39)	952
1.6.	CÓDIGO CIVIL DE 1916.....	933	3.3.	DO REGISTRO E DA AVERBAÇÃO	953
1.7.	CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	933	3.4.	INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA	953
1.7.1.	CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DA CODIFICAÇÃO DE 2002	933	3.4.1.	NOME. (CC, ART. 16 A 19)	953
1.7.2.	DIREITO CIVIL – CONSTITUCIONAL. TEORIA DA EFICÁCIA HORIZONTAL	934	3.4.2.	ALTERAÇÃO DO PRENOME	954
2.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	934	3.4.3.	ALTERAÇÃO DO SOBRENOME.....	955
2.1.	FUNÇÃO	934	3.5.	ESTADO DAS PESSOAS.....	955
2.2.	FONTES DO DIREITO	934	3.6.	DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	956
2.2.1.	FONTES FORMAIS DIRETAS OU IMEDIATAS. FONTES NÃO FORMAIS, INDIRETAS OU MEDIATAS.	934	4.	PESSOAS JURÍDICAS	960
2.3.	LEI	935	4.1.	FINALIDADE. PERSONALIDADE. SOCIEDADE DE FATO E IRREGULAR.....	960
2.3.1.	ACEPÇÃO	935	4.2.	TEORIAS DA PESSOA JURÍDICA	960
2.3.2.	CLASSIFICAÇÃO.....	935	4.3.	CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	961
2.3.3.	VIGÊNCIA. REVOGAÇÃO. REPRISTINAÇÃO X EFEITO REPRISTINATÓRIO	935	4.4.	CLASSIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	962
2.3.4.	OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	938	4.4.1.	QUANTO À NACIONALIDADE	962
2.3.5.	INTEGRAÇÃO DAS LEIS	938	4.4.2.	QUANTO ESTRUTURA INTERNA	962
2.3.6.	APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS	939	4.4.3.	QUANTO AO CAMPO DE ATUAÇÃO	962
2.3.7.	CONFLITO DAS LEIS NO TEMPO	940	4.5.	ESPÉCIES DE PESSOAS JURÍDICAS	963
2.3.8.	EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO	941	4.5.1.	ASSOCIAÇÕES	963
2.3.9.	ATOS PERANTE AUTORIDADE CONSULAR BRASILEIRA	942	4.5.2.	FUNDAÇÕES.....	963
2.3.10.	ANTINOMIAS OU LACUNAS DE CONFLITO.....	943	4.5.3.	SOCIEDADE.....	965
2.3.11.	REGRAS ESPECIAIS ACERCA DA ATIVIDADE NORMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	943	4.5.4.	ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS. PARTIDOS POLÍTICOS.....	965
+	CÓDIGO CIVIL: PARTE GERAL	946	4.5.5.	OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS.....	966
3.	PESSOAS	946	4.6.	DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	966
3.1.	PESSOAS NATURAIS	946	4.7.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO.....	968

4.8.	RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	968	7.3.4.	ELEMENTOS ACIDENTAIS.....	980
4.9.	EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA.....	968	7.3.4.1.	CONDIÇÃO.....	980
5.	DOMICÍLIO.....	969	7.3.4.2.	TERMO.....	982
5.1.	DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL.....	969	7.3.4.3.	ENCARGO OU MODO.....	983
5.1.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA.....	969	7.4.	PRAZO.....	983
5.2.	DOMICÍLIO DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	970	7.5.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	984
5.2.1.	ESPÉCIES DE DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL OU FÍSICA.....	970	7.5.1.	GENERALIDADES.....	984
6.	BENS.....	970	7.5.2.	ERRO OU IGNORÂNCIA.....	984
6.1.	GENERALIDADES.....	970	7.5.3.	DOLO.....	985
6.2.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS.....	971	7.5.4.	COAÇÃO.....	985
6.2.1.	CONSIDERADOS EM SI MESMOS.....	971	7.5.5.	ESTADO DE PERIGO.....	986
6.2.1.1.	BENS IMÓVEIS – CC, ARTS. 79 A 81 ...	971	7.5.6.	LESÃO.....	986
6.2.1.2.	BENS MÓVEIS (CC, ARTS. 82 A 84).....	971	7.5.7.	FRAUDE CONTRA CREDORES.....	987
6.2.1.3.	BENS FUNGÍVEIS E INFUNGÍVEIS (CC, ART. 85).....	972	7.5.8.	DIFERENÇAS ENTRE FRAUDE CONTRA CREDORES X FRAUDE À EXECUÇÃO.....	988
6.2.1.4.	BENS CONSUMÍVEIS E INCONSUMÍVEIS (CC, ART. 86).....	972	7.6.	INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	989
6.2.1.5.	BENS DIVISÍVEIS E INDIVISÍVEIS – CC, ART. 87 E 88.....	973	7.6.1.	GENERALIDADES.....	989
6.2.1.6.	BENS SINGULARES E COLETIVOS (CC, ARTS. 89 A 91).....	973	7.6.2.	ESPÉCIES DE NULIDADE.....	989
6.2.2.	RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS.....	973	7.6.3.	NEGÓCIO JURÍDICO INEXISTENTE.....	989
6.2.2.1.	BEM PRINCIPAL E BENS ACESSÓRIOS (CC, ARTS. 92 A 97).....	973	7.6.4.	NEGÓCIO JURÍDICO NULO (NULIDADE ABSOLUTA).....	989
6.2.3.	QUANTO AO TITULAR DO DOMÍNIO.....	974	7.6.5.	NEGÓCIO JURÍDICO ANULÁVEL (NULIDADE RELATIVA).....	990
6.2.3.1.	BENS PÚBLICOS E PARTICULARES (CC, ART. 98 A 103).....	974	7.6.6.	SIMULAÇÃO.....	991
7.	FATOS JURÍDICOS, ATO JURÍDICO E NEGÓCIO JURÍDICO.....	975	7.6.7.	ANOTAÇÕES ARTIGO POR ARTIGO DE INVALIDADE.....	992
7.1.	GENERALIDADES.....	975	7.6.8.	DIFERENÇAS ENTRE NULO X ANULÁVEL.....	992
7.1.1.	CLASSIFICAÇÃO.....	975	7.7.	ATOS JURÍDICOS LÍCITOS.....	993
7.2.	AQUISIÇÃO DE DIREITOS.....	976	7.7.1.	CLASSIFICAÇÃO.....	993
7.3.	NEGÓCIO JURÍDICO.....	977	7.8.	ATOS JURÍDICOS ILÍCITOS.....	993
7.3.1.	GENERALIDADES.....	977	7.8.1.	DIFERENÇAS RESPONSABILIDADE CONTRATUAL X EXTRA CONTRATUAL.....	993
7.3.1.1.	CLASSIFICAÇÃO.....	977	7.8.2.	ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS ATOS ILÍCITOS.....	994
7.3.2.	INTERPRETAÇÃO.....	978	7.8.3.	ATOS LESIVOS NÃO ILÍCITOS.....	994
7.3.3.	ELEMENTOS ESSENCIAIS (RESERVA MENTAL).....	979	7.8.4.	TEMAS IMPORTANTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL. ATO ABUSIVO.....	995
			8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	996
			8.1.	PRESCRIÇÃO.....	996
			8.1.1.	PRAZOS GERAIS E ESPECIAIS DE PRESCRIÇÃO.....	998
			8.2.	DECADÊNCIA.....	999
			8.3.	DIFERENÇAS ENTRE PRESCRIÇÃO X DECADÊNCIA.....	1000
			9.	PROVA.....	1000
			9.1.	GENERALIDADES.....	1000
			9.2.	PRINCÍPIOS DA PROVA.....	1001

9.3. REGRAS IMPORTANTES SOBRE A PROVA.....	1001	11.2. ELEMENTOS ESSENCIAIS DOS CONTRATOS.....	1027
9.4. MEIOS DE PROVA.....	1001	11.3. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....	1027
9.4.1. CONFISSÃO.....	1001	11.4. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....	1028
9.4.2. DOCUMENTO.....	1003	11.5. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIROS.....	1029
9.4.3. TESTEMUNHA.....	1006	11.6. PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO.....	1030
9.4.4. PRESUNÇÃO.....	1008	11.7. CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR.....	1030
9.4.5. PERÍCIA.....	1008	11.8. VÍCIOS REDIBITÓRIOS.....	1030
+ DIREITO CIVIL: PARTE ESPECIAL 1008		11.9. EVICÇÃO.....	1031
10. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	1008	11.10. CONTRATOS ALEATÓRIOS.....	1032
10.1. GENERALIDADES.....	1008	11.11. CONTRATO PRELIMINAR.....	1032
10.2. DAS DIVERSAS CLASSIFICAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES.....	1009	11.12. EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	1033
10.2.1. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1009	12. CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	1034
10.2.2. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1012	12.1. COMPRA E VENDA.....	1034
10.3. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1013	12.2. TROCA OU PERMUTA.....	1036
10.3.1. CESSÃO DE CRÉDITO.....	1013	12.3. CONTRATO ESTIMATÓRIO.....	1036
10.3.2. ASSUNÇÃO DE DÍVIDA OU CESSÃO DE DÉBITO.....	1013	12.4. DOAÇÃO.....	1036
10.3.3. CESSÃO DE CONTRATO: OU CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL.....	1014	12.5. LOCAÇÃO DE COISAS.....	1037
10.4. ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES ...	1014	12.6. EMPRÉSTIMO.....	1038
10.4.1. PAGAMENTO DIRETO OU NORMAL.....	1014	12.7. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	1038
10.5. FORMAS ESPECIAIS OU INDIRETAS DE PAGAMENTO.....	1015	12.8. EMPREITADA (LOCAÇÃO DE OBRA).....	1039
10.5.1. PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO.....	1015	12.9. DEPÓSITO.....	1039
10.5.2. PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO.....	1016	12.10. MANDATO.....	1040
10.5.3. IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO.....	1016	12.11. COMISSÃO.....	1041
10.5.4. DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	1016	12.12. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO.....	1041
10.6. EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEM PAGAMENTO.....	1017	12.13. CORRETAGEM.....	1041
10.6.1. NOVAÇÃO.....	1017	12.14. TRANSPORTE.....	1041
10.6.2. COMPENSAÇÃO.....	1017	12.15. SEGURO.....	1042
10.6.3. CONFUSÃO.....	1018	12.16. CONSTITUIÇÃO DE RENDA.....	1042
10.6.4. REMISSÃO DE DÍVIDAS.....	1018	12.17. JOGO E APOSTA.....	1043
10.7. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	1019	12.18. FIANÇA.....	1043
10.7.1. INADIMPLEMENTO ABSOLUTO.....	1021	12.19. TRANSAÇÃO.....	1044
10.7.2. MORA.....	1022	12.20. COMPROMISSO.....	1045
10.7.3. JUROS LEGAIS.....	1024	13. ATOS UNILATERAIS.....	1045
10.7.4. CLÁUSULA PENAL.....	1024	13.1. PROMESSA DE RECOMPENSA.....	1045
10.7.5. ARRAS OU SINAL.....	1025	13.2. GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	1045
10.7.6. PERDAS E DANOS.....	1025	13.3. PAGAMENTO INDEVIDO.....	1046
11. CONTRATOS EM GERAL.....	1026	13.4. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	1046
11.1. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS.....	1026	14. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1046
		14.1. INTRODUÇÃO.....	1046
		14.2. ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1047
		14.2.1. CONDUTA HUMANA E CULPA.....	1047
		14.2.2. NEXO DE CAUSALIDADE.....	1047
		14.2.3. DANO OU PREJUÍZO.....	1048
		14.3. RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ.....	1050
		14.4. ATIVIDADE LÍCITA DE RISCO.....	1050
		14.5. RESPONSABILIDADE POR FATO DE OUTREM OU INDIRETA.....	1050

15. DIREITOS DAS COISAS	1052	23.2.9. DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO E DA SOCIEDADE CONJUGAL.....	1090
15.1. POSSE.....	1053	23.2.10. PROTEÇÃO DA PESSOA DOS FILHOS.....	1092
15.2. TEORIAS SOBRE A POSSE.....	1053	23.3. RELAÇÕES DE PARENTESCO	1094
15.2.1. ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES DA POSSE.....	1053	23.3.1. FILIAÇÃO.....	1094
15.2.2. AQUISIÇÃO E PERDA DA POSSE.....	1054	23.3.2. RECONHECIMENTO DOS FILHOS.....	1094
15.2.3. EFEITOS DA POSSE	1054	23.3.3. ADOÇÃO.....	1095
15.3. PROPRIEDADE	1059	23.3.4. PODER FAMILIAR.....	1096
15.3.1. DESCOBERTA.....	1059	23.4. ALIMENTOS.....	1098
15.3.2. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DE IMÓVEL.....	1059	+ ALIMENTOS – “77 DICAS”	1098
15.3.3. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE DE MÓVEL	1067	+ JURISPRUDÊNCIA DO STF E STJ.....	1098
15.3.4. PERDA DA PROPRIEDADE.....	1068	23.5. BEM DE FAMÍLIA	1103
15.4. PROPRIEDADE RESOLÚVEL	1068	23.6. UNIÃO ESTÁVEL.....	1104
15.5. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	1069	23.7. TUTELA. CURATELA	1106
16. DIREITOS DE VIZINHANÇA	1069	24. DIREITO DAS SUCESSÕES	1113
16.1. USO ANORMAL DA PROPRIEDADE.....	1069	24.1. ABERTURA DA SUCESSÃO	1113
16.2. ÁRVORES LIMÍTROFES.....	1069	24.2. ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA	1114
16.3. PASSAGEM FORÇADA.....	1069	24.3. ESPÉCIES DE SUCESSÃO.....	1114
16.4. PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES.....	1069	24.4. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA.....	1115
16.5. ÁGUAS.....	1070	24.5. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA	1115
16.6. LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DIREITO DE TAPAGEM.....	1070	24.6. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO.....	1116
16.7. DIREITO DE CONSTRUIR	1070	24.7. HERANÇA JACENTE E VACANTE.....	1116
17. CONDOMÍNIO.....	1070	24.8. PETIÇÃO DE HERANÇA	1117
18. PROPRIEDADE RESOLÚVEL.....	1077	24.9. SUCESSÃO LEGÍTIMA (ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA).....	1117
19. PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA.....	1078	24.9.1. HERDEIROS NECESSÁRIOS.....	1118
20. FUNDO DE INVESTIMENTO.....	1078	24.10. DIREITO DE REPRESENTAÇÃO	1119
21. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	1079	24.11. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	1119
21.1. DIREITO REAL DE LAJE	1080	24.11.1. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO.....	1119
22. DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1081	24.11.2. CODICILOS	1120
23. DIREITO DE FAMÍLIA	1083	24.11.3. TESTAMENTO ESPECIAIS.....	1120
23.1. INTRODUÇÃO	1083	24.11.4. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS.....	1120
23.2. CASAMENTO	1083	24.11.5. LEGADOS.....	1120
23.2.1. PROCESSO DE HABILITAÇÃO. CAPACIDADE.....	1083	24.11.6. DIREITO DE ACRESCECER ENTRE HERDEIROS E LEGATÁRIOS.....	1121
23.2.2. IMPEDIMENTOS E CAUSAS SUSPENSIVAS.....	1084	24.11.7. SUBSTITUIÇÕES. FIDEICOMISSO.....	1121
23.2.3. OPOSIÇÃO DOS IMPEDIMENTOS E DAS CAUSAS SUSPENSIVAS	1085	24.11.8. DESERDAÇÃO	1122
23.2.4. CELEBRAÇÃO	1085	24.11.9. REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS.....	1122
23.2.5. PROVAS DO CASAMENTO.....	1085	24.11.10. REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO	1122
23.2.6. ESPÉCIES DE CASAMENTO VÁLIDO E INVÁLIDO	1086	24.11.11. ROMPIMENTO DO TESTAMENTO.....	1122
23.2.7. REGIME DE BENS E PACTO ANTENUPCIAL	1086	24.11.12. TESTAMENTEIRO.....	1122
23.2.8. INVALIDADE DO CASAMENTO	1087	24.12. INVENTÁRIO.....	1122

24.13. SONEGADOS	1123	4. SÚMULAS DO STJ - RESPONSABILIDADE CIVIL	1134
24.14. COLAÇÃO	1123	5. SÚMULAS DO STJ – COISAS	1136
24.15. PARTILHA	1123	6. SÚMULAS DO STJ – FAMÍLIA	1136
24.16. SUCESSÃO DO COMPANHEIRO	1124		
25. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	1125	+ ENUNCIADOS DAS JORNADAS DE DIREITO CIVIL DO CJF/STJ	1136
25.1. PRAZOS REDUZIDOS PELO NOVO CÓDIGO CIVIL	1125	1. ENUNCIADOS DA PARTE GERAL	1136
25.2. PRAZOS DE USUCAPIÃO	1125	2. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – OBRIGAÇÕES	1140
25.3. PRAZOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL	1125	3. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – CONTRATOS	1142
25.4. CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES E FUNDAÇÕES	1126	4. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – RESPONSABILIDADE CIVIL	1144
25.5. FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS SOB O CÓDIGO CIVIL DE 1916	1126	5. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – COISAS	1146
25.6. MODIFICAÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	1126	6. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – FAMÍLIA	1150
25.7. DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	1126	7. ENUNCIADOS DA PARTE ESPECIAL – SUCESSÕES	1153
25.8. OBRIGATORIEDADE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 DURANTE A VACATIO LEGIS	1126	+ ENUNCIADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM)	1154
25.9. LOCAÇÃO DE PRÉDIO URBANO	1127		
25.10. PROIBIÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE NOVAS ENFITEUSES E SUBENFITEUSES	1127	DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	1157
25.11. REGIME DE BENS DE CASAMENTOS REALIZADOS SOB O CÓDIGO CIVIL DE 1916	1128	<i>Maurício Ferreira Cunha</i>	
25.12. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA E RESTRIÇÃO AOS BENS DA LEGÍTIMA... ..	1128	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1157
25.13. VIGÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS, ADMINISTRATIVAS OU PENAIS	1128	+ QUESTÕES	1159
25.14. DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO CIVIL	1129	1. PRINCÍPIOS	1159
+ SÚMULAS APLICÁVEIS	1129	2. JURISDIÇÃO	1160
+ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1129	3. AÇÃO	1165
1. SÚMULAS DO STF - PARTE GERAL	1129	4. PARTES E PROCURADORES	1166
2. SÚMULAS DO STF - OBRIGAÇÕES	1130	4.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	1166
3. SÚMULAS DO STF - CONTRATOS	1130	4.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS	1169
4. SÚMULAS DO STF - RESPONSABILIDADE CIVIL	1130	4.3. CESSÃO DE CRÉDITO	1172
5. SÚMULAS DO STF - COISAS	1131	5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1173
6. SÚMULAS DO STF - FAMÍLIA	1131	6. COMPETÊNCIA	1178
7. SÚMULAS DO STF - SUCESSÕES	1131	6.1. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	1181
+ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1132	6.2. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL	1182
1. SÚMULAS DO STJ – PARTE GERAL	1132	7. DO JUIZ	1186
2. SÚMULAS STJ – OBRIGAÇÕES	1133	8. ATOS PROCESSUAIS	1188
3. SÚMULAS DO STJ – CONTRATOS	1134	8.1. ATOS DO JUIZ	1191
		8.2. DOS PRAZOS	1193
		8.3. NULIDADES	1195
		9. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	1196
		10. TUTELA PROVISÓRIA	1198
		10.1. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA	1203
		10.2. TUTELA PROVISÓRIA CAUTELAR	1204
		10.3. MEDIDA CAUTELAR FISCAL	1205
		11. PROCEDIMENTO COMUM	1207

11.1.	PETIÇÃO INICIAL.....	1207	3.4.	DAS DESPESAS E DAS MULTAS.....	1293
11.2.	RESPOSTA DO RÉU E REVELIA.....	1211	3.5.	SUBSTITUIÇÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	1293
11.3.	PROVAS.....	1215	4.	LITISCONSÓRCIO.....	1294
11.4.	SENTENÇA E COISA JULGADA.....	1221	5.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	1295
11.5.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1226	6.	MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1296
11.6.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1227	7.	COMPETÊNCIA.....	1297
11.7.	RECURSOS.....	1228	8.	ATOS PROCESSUAIS.....	1299
11.7.1.	APELAÇÃO.....	1232	8.1.	PRAZOS.....	1299
11.7.2.	AGRAVO.....	1233	8.2.	CITAÇÃO.....	1300
11.7.3.	RECURSO ESPECIAL E EXTRA-ORDINÁRIO.....	1235	8.3.	VALOR DA CAUSA.....	1301
11.7.4.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	1237	8.4.	NULIDADES.....	1301
12.	ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	1238	9.	PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	1302
12.1.	PRECEDENTES VINCULANTES.....	1238	9.1.	PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....	1302
12.2.	RECLAMAÇÃO.....	1241	9.2.	PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO.....	1302
12.3.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1241	10.	TUTELA PROVISÓRIA.....	1303
12.4.	DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....	1242	10.1.	FUNDAMENTO.....	1303
12.5.	TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DE JULGAMENTO.....	1244	10.2.	CARACTERÍSTICAS.....	1303
13.	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1244	10.3.	LEGITIMIDADE E MOMENTO PARA REQUERÊ-LA.....	1304
13.1.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	1251	10.4.	RESPONSABILIDADE PELA EFETIVAÇÃO DE PROVIMENTOS PROVISÓRIOS.....	1304
13.1.1.	PENHORA.....	1251	10.5.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA.....	1304
13.2.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1252	10.6.	TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR.....	1305
13.3.	EXECUÇÃO FISCAL.....	1252	10.7.	FUNGIBILIDADE DAS TUTELAS CONCEDIDAS EM CARÁTER ANTECEDENTE.....	1305
13.4.	DEFESAS DO EXECUTADO.....	1255	11.	PROCEDIMENTO COMUM.....	1305
14.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC.....	1257	11.1.	PETIÇÃO INICIAL.....	1305
15.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVANTE.....	1261	11.2.	RESPOSTA DO RÉU.....	1306
15.1.	AÇÕES COLETIVAS.....	1267	11.2.1.	CONTESTAÇÃO.....	1306
15.2.	AÇÃO POPULAR.....	1274	11.2.2.	RECONVENÇÃO.....	1307
15.3.	AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA) ...	1276	11.2.3.	IMPEDIMENTO OU SUSPEIÇÃO.....	1307
15.4.	JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	1277	11.3.	REVELIA.....	1307
15.5.	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1284	11.4.	JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO.....	1307
★	DICAS (RESUMO).....	1286	11.5.	JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO.....	1307
1.	JURISDIÇÃO.....	1287	11.6.	PROVAS.....	1308
1.1.	EQUIVALENTES JURISDICIONAIS.....	1288	11.7.	SENTENÇA E COISA JULGADA.....	1309
1.2.	LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL...	1289	12.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	1311
1.3.	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	1289	13.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1312
2.	AÇÃO.....	1290	14.	ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS	1313
3.	PARTES E PROCURADORES.....	1292	14.1.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	1316
3.1.	CAPACIDADE PROCESSUAL.....	1292	15.	RECURSOS.....	1317
3.2.	DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	1292	16.	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1319
3.3.	DAS DESPESAS, DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E DAS MULTAS.....	1292	16.1.	RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1319
			16.2.	REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO.....	1320

16.3. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	1320	8.6.4. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	1336
17. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	1323	8.6.5. RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	1336
17.1. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	1323	8.6.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1336
17.2. AÇÕES POSSESSÓRIAS	1325	9. PROCESSO DE EXECUÇÃO	1336
17.3. AÇÃO DE DEMARCAÇÃO E DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES	1325	9.1. PARTES	1337
17.4. INVENTÁRIO E PARTILHA	1325	9.2. TÍTULO EXECUTIVO	1337
17.5. AÇÃO MONITÓRIA	1326	9.3. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	1337
17.6. INTERDIÇÃO	1327	9.4. PENHORA	1337
17.7. OPOSIÇÃO	1328	9.5. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	1337
17.8. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	1328	9.6. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	1337
18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1329	9.7. EXECUÇÃO FISCAL	1337
18.1. MANDADO DE SEGURANÇA	1329	10. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CPC	1338
18.2. AÇÕES COLETIVAS	1329	10.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS	1338
18.2.1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1330	10.2. INVENTÁRIO E PARTILHA	1338
18.2.2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	1331	10.3. EMBARGOS DE TERCEIROS	1338
18.2.3. AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1332	10.4. AÇÃO MONITÓRIA	1338
18.2.4. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS	1332	11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1339
+ SÚMULAS	1332	11.1. MANDADO DE SEGURANÇA	1339
1. AÇÃO	1332	11.2. AÇÕES COLETIVAS	1339
2. PARTES E PROCURADORES	1332	11.3. AÇÃO POPULAR	1339
2.1. CAPACIDADE PROCESSUAL	1332	11.4. LOCAÇÃO	1339
2.2. DAS DESPESAS E DAS MULTAS	1333	11.5. AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS	1339
3. COMPETÊNCIA	1333		
4. ATOS PROCESSUAIS	1334		
4.1. PRAZOS	1334		
4.2. CITAÇÃO	1334		
5. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	1334		
6. PROCESSO E PROCEDIMENTO	1334		
6.1. PROCEDIMENTO SUMÁRIO	1334		
6.2. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	1334		
7. TUTELA PROVISÓRIA	1334		
8. PROCEDIMENTO COMUM	1334		
8.1. RESPOSTA DO RÉU	1334		
8.2. PROVAS	1334		
8.3. SENTENÇA E COISA JULGADA	1334		
8.4. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1335		
8.5. AÇÃO RESCISÓRIA	1335		
8.6. RECURSOS	1335		
8.6.1. APELAÇÃO	1335		
8.6.2. AGRAVO	1335		
8.6.3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1335		
		DIREITO ADMINISTRATIVO	1341
		Fábio Goldfinger	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1341
		+ QUESTÕES	1343
		1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	1343
		2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	1345
		3. AGENTES PÚBLICOS	1354
		4. PODERES E DEVERES ADMINISTRATIVOS	1373
		5. ATO ADMINISTRATIVO	1380
		6. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1384
		7. LICITAÇÃO	1389
		8. CONTRATO ADMINISTRATIVO	1399
		9. SERVIÇOS PÚBLICOS	1405
		10. BENS PÚBLICOS	1414
		11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1420
		12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1428
		13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ...	1434
		14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1436
		+ DICAS (RESUMOS)	1445

1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	1445	7.5. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO.....	1485
1.1. REGIME JURÍDICO	1445	8. CONTRATO ADMINISTRATIVO	1485
1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EX- PLICITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1447	8.1. NOÇÕES GERAIS	1485
1.3. DEMAIS PRINCÍPIOS DA ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA.....	1449	8.2. ESPÉCIES	1485
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	1450	8.3. CARACTERÍSTICAS	1485
2.1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1450	9. SERVIÇO PÚBLICO.....	1488
2.1.1. NOÇÕES GERAIS	1450	9.1. NOÇÕES GERAIS	1488
2.1.2. CONCENTRAÇÃO E DESCON- CENTRAÇÃO. CENTRALIZA- ÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO .	1450	9.2. CLASSIFICAÇÃO	1489
2.1.3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1451	9.3. PRINCÍPIOS	1489
2.1.4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA...	1451	9.4. CONCESSÃO E PERMISSÃO DO SERVI- ÇO PÚBLICO.....	1490
2.2. TERCEIRO SETOR	1462	9.5. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	1493
3. AGENTES PÚBLICOS.....	1462	10. BENS PÚBLICOS	1494
3.1. NOÇÕES GERAIS	1462	10.1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO	1494
3.2. REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO.....	1467	10.2. REGIME JURÍDICO	1495
3.3. DIREITOS SOCIAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1468	10.3. USO DO BEM PÚBLICO PELO PARTI- CULAR.....	1496
3.4. REGIME PREVIDENCIÁRIO DO SERVI- DOR PÚBLICO	1468	11. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDA- DE PRIVADA.....	1496
4. PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1469	11.1. NOÇÕES GERAIS	1496
4.1. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1469	11.2. MODALIDADES	1497
4.2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1469	11.2.1. LIMITAÇÃO ADMINISTRATI- VA.....	1497
4.2.1. PODER VINCULADO, DISCRI- CIONÁRIO, HIERÁRQUICO E DISCIPLINAR.....	1470	11.2.2. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA ..	1497
4.2.2. PODER REGULAMENTAR.....	1471	11.2.3. REQUISICÃO ADMINISTRATI- VA.....	1497
4.2.3. PODER DE POLÍCIA.....	1472	11.2.4. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	1498
4.3. ABUSO DE PODER.....	1473	11.2.5. TOMBAMENTO	1498
5. DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	1473	11.2.6. DESAPROPRIAÇÃO	1499
5.1. REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS	1473	12. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	1502
5.2. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINIS- TRATIVOS	1474	12.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO	1502
5.3. ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATI- VOS.....	1477	12.2. TEORIAS	1502
5.4. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATI- VOS.....	1479	12.3. RESPONSABILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO.....	1503
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1481	13. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	1505
6.1. NOÇÕES GERAIS	1481	13.1. NOÇÕES PRELIMINARES.....	1505
6.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDE- RAL	1481	13.2. CONTROLE ADMINISTRATIVO	1505
7. LICITAÇÃO.....	1482	13.3. CONTROLE LEGISLATIVO.....	1505
7.1. NOÇÕES GERAIS	1482	13.4. CONTROLE JUDICIAL	1507
7.2. PRINCÍPIOS	1483	13.4.1. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	1507
7.3. PROCEDIMENTO	1483	13.4.2. AÇÃO POPULAR.....	1509
7.4. DISPENSA E INEXIGIBILIDADE.....	1485	13.4.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	1510
		13.4.4. MANDADO DE INJUNÇÃO IN- DIVIDUAL E COLETIVO	1515
		14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1516
		14.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1516
		14.2. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINIS- TRATIVA: MODALIDADES E SANÇÕES.	1517
		14.3. PROCEDIMENTO	1521
		15. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	1524
		15.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	1524

15.2. PLANEJAMENTO	1524	6. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO. NOÇÕES GERAIS.....	1560
15.3. RECEITA PÚBLICA E DESPESA PÚBLICA	1525	7. CONFLITOS INTERNACIONAIS. MEIOS DE SOLUÇÃO. DIPLOMÁTICOS, POLÍTICOS E JURISDICIONAIS. CORTES INTERNACIONAIS.....	1564
15.4. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.....	1525	8. DIREITO COMUNITÁRIO. FORMAS DE INTEGRAÇÃO. MERCADO COMUM DO SUL. CARACTERÍSTICAS. ELEMENTOS INSTITUCIONAIS. PROTOCOLO DE ASSUNÇÃO. PROTOCOLO DE OURO PRETO. PROTOCOLO DE OLIVOS. PROTOCOLO DE LAS LEÑAS. AUTORIDADES CENTRAIS.....	1564
+ SÚMULAS APLICÁVEIS	1529	9. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL. MAR. ÁGUAS INTERIORES. MAR TERRITORIAL. ZONA CONTÍGUA. ZONA ECONÔMICA. PLATAFORMA CONTINENTAL. ALTO-MAR. RIOS INTERNACIONAIS.....	1567
1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	1529	10. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL. ESPAÇO AÉREO. PRINCÍPIOS ELEMENTARES. NORMAS CONVENCIONAIS. NACIONALIDADE DAS AERONAVES. ESPAÇO EXTRA-ATMOSFÉRICO.....	1569
2. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR.....	1529	11. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO. FONTES. CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO. NORMAS INDIRETAS. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA. ELEMENTO DE CONEXÃO. REENVIO. PROVA. DIREITO ESTRANGEIRO. INTERPRETAÇÃO. APLICAÇÃO. EXCEÇÕES À APLICAÇÃO.....	1572
3. AGENTES PÚBLICOS.....	1530	12. PROCESSO INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL NAS RELAÇÕES JURÍDICAS COM ELEMENTO ESTRANGEIRO. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL. CARTAS ROGATÓRIAS. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	1573
4. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1532	13. MÉTODOS DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONTROVÉRSIAS. ARBITRAGEM.....	1582
5. ATOS ADMINISTRATIVOS	1532	14. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO. NATUREZA DAS DECISÕES. DELITOS INTERNACIONAIS.....	1583
5.1. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	1532	+ DICAS.....	1585
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1532	1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. CONCEITO. FONTES. PRINCÍPIOS.....	1585
6.1. SERVIÇO PÚBLICO	1533	2. ATOS INTERNACIONAIS. TRATADO. CONCEITO. VALIDADE. EFEITOS. RATIFICAÇÃO. PROMULGAÇÃO. REGISTRO E PUBLICIDADE. VIGÊNCIA CONTEMPORÂNEA E DIFERIDA. INCORPORAÇÃO AO DIREITO INTERNO. VIOLAÇÃO. CONFLITO ENTRE TRATADO E NORMA DE DIREITO INTERNO. EXTINÇÃO.....	1586
7. LICITAÇÕES.....	1533	3. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTADO. IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL. CONSULADOS E EMBAIXADAS.....	1587
8. BENS PÚBLICOS	1536		
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1536		
10. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	1537		
11. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ...	1538		
12. SÚMULAS CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MANDADO DE SEGURANÇA.....	1538		
13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1539		
DIREITO INTERNACIONAL.....	1541		
Paulo Henrique Gonçalves Portela			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1541		
+ QUESTÕES.....	1543		
1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. CONCEITO. FONTES. PRINCÍPIOS	1543		
2. ATOS INTERNACIONAIS. TRATADO. CONCEITO. VALIDADE. EFEITOS. RATIFICAÇÃO. PROMULGAÇÃO. REGISTRO E PUBLICIDADE. VIGÊNCIA CONTEMPORÂNEA E DIFERIDA. INCORPORAÇÃO AO DIREITO INTERNO. VIOLAÇÃO. CONFLITO ENTRE TRATADO E NORMA DE DIREITO INTERNO. EXTINÇÃO.....	1544		
3. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTADO. IMUNIDADE À JURISDIÇÃO ESTATAL. CONSULADOS E EMBAIXADAS.....	1551		
4. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. POPULAÇÃO. NACIONALIDADE. PRINCÍPIOS. NORMAS. TRATADOS MULTILATERAIS. ESTATUTO DA IGUALDADE.....	1555		
5. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTRANGEIROS. VISTOS. DEPORTAÇÃO. EXPULSÃO. EXTRADIÇÃO. CONCEITO. FUNDAMENTO JURÍDICO. RECIPROCIDADE E CONTROLE JURISDICIONAL. ASILO POLÍTICO. CONCEITO. NATUREZA E DISCIPLINA	1557		

4. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. CONCEITO. NATUREZA JURÍDICA. ELEMENTOS CARACTERIZADORES. ESPÉCIES.....	1589
5. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. POPULAÇÃO. NACIONALIDADE. PRINCÍPIOS. NORMAS. TRATADOS MULTILATERAIS. ESTATUTO DA IGUALDADE.....	1589
6. PERSONALIDADE INTERNACIONAL. ESTRANGEIROS. VISTOS. DEPORTAÇÃO. EXPULSÃO. EXTRADIÇÃO. CONCEITO. FUNDAMENTO JURÍDICO. RECIPROCIDADE E CONTROLE JURISDICIONAL. ASILO POLÍTICO. CONCEITO. NATUREZA E DISCIPLINA.....	1590
7. PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. DIREITOS CIVIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E CULTURAIS. MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO. NOÇÕES GERAIS...	1595
8. CONFLITOS INTERNACIONAIS. MEIOS DE SOLUÇÃO. DIPLOMÁTICOS, POLÍTICOS E JURISDICIONAIS. CORTES INTERNACIONAIS.....	1603
9. DIREITO COMUNITÁRIO. FORMAS DE INTEGRAÇÃO. MERCADO COMUM DO SUL. CARACTERÍSTICAS. ELEMENTOS INSTITUCIONAIS. PROTOCOLO DE ASSUNÇÃO. PROTOCOLO DE OURO PRETO. PROTOCOLO DE OLIVOS. PROTOCOLO DE LAS LEÑAS. AUTORIDADES CENTRAIS.....	1604
10. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL. MAR. ÁGUAS INTERIORES. MAR TERRITORIAL. ZONA CONTÍGUA. ZONA ECONÔMICA. PLATAFORMA CONTINENTAL. ALTO-MAR. RIOS INTERNACIONAIS.....	1606
11. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO. FONTES. CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO. NORMAS INDIRETAS. QUALIFICAÇÃO PRÉVIA. ELEMENTO DE CONEXÃO. REENVIO. PROVA. DIREITO ESTRANGEIRO. INTERPRETAÇÃO. APLICAÇÃO. EXCEÇÕES À APLICAÇÃO.....	1606
12. PROCESSO INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL NAS RELAÇÕES JURÍDICAS COM ELEMENTO ESTRANGEIRO. CARTAS ROGATÓRIAS. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS.....	1607
13. CONTRATOS INTERNACIONAIS. CLÁUSULAS TÍPICAS.....	1609
14. MÉTODOS DE SOLUÇÃO ALTERNATIVA DE CONTROVÉRSIAS. ARBITRAGEM.....	1609
15. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. EVOLUÇÃO HISTÓRICA. COMPETÊNCIA. PROCEDIMENTO. NATUREZA DAS DECISÕES. DELITOS INTERNACIONAIS.....	1610
+ SÚMULAS STF.....	1610
1. EXPULSÃO.....	1610
2. EXTRADIÇÃO.....	1610
3. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	1610

DIREITO EMPRESARIAL 1611

Estefânia Rossignoli e Daniel M Trindade

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1611
+ QUESTÕES.....	1613
1. EMPRESÁRIO E EMPRESA.....	1613
2. REGISTRO EMPRESARIAL.....	1613
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1615
4. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1615
5. DIREITO SOCIETÁRIO.....	1620
5.1. ASPECTOS GERAIS.....	1620
5.2. SOCIEDADE LIMITADA.....	1621
5.3. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	1623
6. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS ...	1629
6.1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1629
6.2. FALÊNCIA.....	1631
6.3. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1633
6.4. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	1634
7. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	1635
7.1. ASPECTOS GERAIS.....	1635
7.2. ENDOSSO.....	1636
7.3. AVAL.....	1637
7.4. PROTESTO.....	1638
7.5. TÍTULOS EM ESPÉCIE.....	1639
8. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	1639
8.1. LEASING.....	1640
8.2. CONTRATO DE AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO.....	1641
8.3. REPRESENTAÇÃO COMERCIAL.....	1641
8.4. FACTORING.....	1642
8.5. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.....	1643
+ DICAS (RESUMO).....	1644
1. EMPRESÁRIO E EMPRESA.....	1644
2. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.....	1646
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1646
4. REGISTRO E ESCRITURAÇÃO.....	1649
6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1649
7. DIREITO SOCIETÁRIO.....	1652
7.1. ASPECTOS GERAIS.....	1652
7.2. SOCIEDADE LIMITADA.....	1652
7.3. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	1653
7.4. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	1655
7.5. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1655
8. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS ...	1657
8.1. ASPECTOS GERAIS.....	1657
8.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1657
8.3. RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL....	1658

[illegible]

1. DIREITO AMBIENTAL. CONCEITO. OBJETO. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	1702	1. SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	1717
2. O DIREITO AMBIENTAL COMO DIREITO ECONÔMICO. A NATUREZA ECONÔMICA DAS NORMAS DE DIREITO AMBIENTAL.....	1702	2. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL..	1718
3. NORMAS CONSTITUCIONAIS RELATIVAS À PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	1703	3. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEUS DEPENDENTES.....	1719
4. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1703	4. QUESTÕES GERAIS SOBRE SEGURIDADE SOCIAL E RGPS.....	1720
5. ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	1703	5. BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PRÁTICA PROCESSUAL EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1724
6. PODER DE POLÍCIA E DIREITO AMBIENTAL. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. BIOSSEGURANÇA. INFRAÇÕES AMBIENTAIS. CRIMES AMBIENTAIS. MODIFICAÇÃO DOS GENES PELO HOMEM E MEIO AMBIENTE.....	1704	6. BENEFÍCIOS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	1730
7. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL. CONCEITO DE DANO. A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL.....	1705	+ DICAS (RESUMO).....	1731
8. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	1706	DEFINIÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL.....	1731
9. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. CONCEITO. COMPETÊNCIAS. NATUREZA JURÍDICA. REQUISITOS.....	1707	SAÚDE.....	1731
10. BIODIVERSIDADE. PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL. ACESSO. POLÍTICA NACIONAL. PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO.....	1709	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1731
11. PROTEÇÃO ÀS FLORESTAS. CÓDIGO FLORESTAL. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. ÁREAS DE RESERVA LEGAL.....	1709	PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1731
12. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS.....	1710	BREVE HISTÓRICO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1732
13. PRODUTOS TÓXICOS. CONTROLE. TRANSPORTE.....	1711	HISTÓRICO DO MUNDO.....	1732
14. RECURSOS HÍDRICOS.....	1712	HISTÓRICO DO BRASIL.....	1732
15. EFETIVAÇÃO DA PROTEÇÃO NORMATIVA AO MEIO AMBIENTE: PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1712	A SEGURIDADE NA CONSTITUIÇÃO.....	1733
16. POLÍTICA ENERGÉTICA E MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO.....	1713	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.....	1733
17. INDÍGENAS E PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO.....	1714	PRINCIPAIS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS.....	1733
18. RESÍDUOS SÓLIDOS. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LEI 12.305/2010). RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO.....	1714	TRÍPLICE FORMA DE CUSTEIO.....	1733
DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	1715	PREEXISTÊNCIA DO CUSTEIO EM RELAÇÃO AO BENEFÍCIO OU SERVIÇO.....	1733
<i>Ivan Kertzman e Luana Horiuchi</i>		COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERATIVOS.....	1733
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1715	FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1733
+ QUESTÕES.....	1717	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.....	1734
		IMUNIDADE DAS ENTIDADES BENEFICENTES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1734
		SEGURADOS ESPECIAIS.....	1734
		ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1734
		IMUNIDADE DAS EXPORTAÇÕES.....	1734
		COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES.....	1735
		CONTRATAÇÃO COM O PODER PÚBLICO.....	1735
		SISTEMA ESPECIAL DE INCLUSÃO PREVIDENCIÁRIA.....	1735
		SEGURADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1735
		SEGURADOS OBRIGATÓRIOS.....	1735
		EMPREGADO.....	1735
		EMPREGADO DOMÉSTICO.....	1736
		CONTRIBUINTE INDIVIDUAL.....	1736
		TRABALHADOR AVULSO.....	1736
		SEGURADO ESPECIAL.....	1737
		SEGURADO FACULTATIVO.....	1737
		FILIAÇÃO X INSCRIÇÃO.....	1738
		TOMADORES DE SERVIÇO.....	1738
		EMPRESA.....	1738
		EMPREGADOR DOMÉSTICO.....	1738

MATRÍCULA DA EMPRESA.....	1738	CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITOS	
SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	1738	DE NEGATIVA (CPD-EN).....	1749
LIMITES PARA O SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	1739	OBRIGAÇÕES FISCAIS ACESSÓRIAS E PRINCIPAIS	1749
PARCELAS INTEGRANTES E NÃO INTEGRANTES		DEFINIÇÃO.....	1749
DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO.....	1739	OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	1749
CONTRIBUIÇÕES DOS SEGURADOS.....	1741	FOLHA DE PAGAMENTO.....	1749
EMPREGADO, TRABALHADOR AVULSO E EMPRE-		GUIA DE RECOLHIMENTO DE FGTS E INFORMA-	
GADO DOMÉSTICO.....	1741	ÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1749
CONTRIBUINTE INDIVIDUAL.....	1741	CONTABILIZAÇÃO EM TÍTULOS PRÓPRIOS.....	1750
SEGURADO ESPECIAL.....	1742	DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS.....	1750
SEGURADO FACULTATIVO.....	1742	ENTREGA DA COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO	
LIMITE MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO DOS SEGU-		TRABALHO (CAT).....	1750
RADOS DO RGPS.....	1743	COMUNICAÇÃO DE DADOS PELOS CARTÓRIOS .	1750
CONTRIBUIÇÃO DO EMPREGADOR DOMÉSTICO	1743	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL.....	1750
CONTRIBUIÇÃO DA EMPRESA.....	1743	JUROS DE MORA.....	1750
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE		MULTA MORATÓRIA.....	1750
EMPREGADOS E AVULSOS.....	1743	MULTA DE OFÍCIO.....	1751
CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DE		PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES.....	1751
CONTRIBUINTE INDIVIDUAIS.....	1744	CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL.....	1752
CONTRIBUIÇÃO SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS		APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA.....	1752
POR COOPERATIVAS DE TRABALHO.....	1744	SONEGAÇÃO FISCAL PREVIDENCIÁRIA.....	1752
CONTRIBUIÇÕES SUBSTITUTIVAS DA PARTE PA-		OUTROS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SO-	
TRONAL.....	1744	CIAL.....	1752
ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS QUE MANTÊM		BENEFICIÁRIOS.....	1753
EQUIPE DE FUTEBOL PROFISSIONAL.....	1744	MANUTENÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE SE-	
PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA.....	1745	GURADO.....	1753
PRODUTOR RURAL PESSOA JURÍDICA.....	1745	DEPENDENTES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1753
AGROINDÚSTRIA.....	1746	PERDA DA QUALIDADE DE DEPENDENTE.....	1754
SIMPLES NACIONAL.....	1746	CARÊNCIA.....	1754
OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1746	SALÁRIO DE BENEFÍCIO.....	1755
RETENÇÃO DOS 11% DOS PRESTADORES DE		RENDA MENSAL DO BENEFÍCIO.....	1756
SERVIÇO.....	1746	BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1757
NOÇÕES BÁSICAS.....	1746	APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMA-	
SERVIÇOS SUJEITOS À RETENÇÃO.....	1747	NENTE.....	1757
RETENÇÃO PARA EMPRESAS OPTANTES PELO		APOSENTADORIA PROGRAMADA DO RGPS.....	1758
SIMPLES NACIONAL.....	1747	APOSENTADORIA POR IDADE.....	1758
ADICIONAL DE ALÍQUOTA PARA SERVIÇOS EM		APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUI-	
CONDIÇÕES ESPECIAIS.....	1747	ÇÃO.....	1759
REEMBOLSO, RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO....	1747	APOSENTADORIA ESPECIAL POR EXPOSIÇÃO A	
REEMBOLSO.....	1747	AGENTES NOCIVOS.....	1759
COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO.....	1747	APOSENTADORIA ESPECIAL DO DEFICIENTE.....	1760
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND).....	1748	SALÁRIO-FAMÍLIA.....	1761
NOÇÕES BÁSICAS.....	1748	SALÁRIO-MATERNIDADE.....	1761
SITUAÇÕES DE EXIGIBILIDADE DA CND.....	1748	AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA (POR	
SITUAÇÕES BÁSICAS DE EXIGÊNCIA PARA EM-		INCAPACIDADE TEMPORÁRIA).....	1762
PRESAS.....	1748	AUXÍLIO-ACIDENTE.....	1764
EXIGÊNCIA PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO CI-		PENSÃO POR MORTE.....	1764
VIL.....	1748	AUXÍLIO-RECLUSÃO.....	1766
EXIGÊNCIA PARA O PRODUTOR RURAL PESSOA		SERVIÇOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1766
FÍSICA E SEGURADO ESPECIAL.....	1748	SERVIÇO SOCIAL.....	1766
EXIGÊNCIA PARA EMPRESAS NA CONTRATAÇÃO		PERÍCIA MÉDICA.....	1767
DE CRÉDITOS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1749	HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PROFISSIONAL....	1767
EXIGÊNCIA PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS.....	1749		

BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	1767
ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS.....	1767
PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	1768

DIREITO DO CONSUMIDOR..... 1769

Lucas de Souza Lehfeld

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1769
---------------------------------------	------

+ QUESTÕES..... 1771

1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1771
2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1773
2.1. DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1773
2.2. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1774
3. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1774
3.1. DA PUBLICIDADE.....	1775
3.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1775
4. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1776
4.1 O DIREITO DE ARREPENDIMENTO.....	1776
4.2 DOS CONTRATOS DE ADESAO.....	1777
5. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1779
5.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	1781
6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1781

+ DICAS (RESUMO)..... 1783

1. O CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1783
2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	1783
3. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1784
3.1. DA QUALIDADE E SEGURANÇA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS.....	1784
3.2. DA RESPONSABILIDADE PELO FATO E VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1784
3.3. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1785
3.4. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1786
4. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1786
4.1. DA OFERTA E DA PUBLICIDADE.....	1786
4.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1787
4.2.1. DA OBRIGATORIEDADE DO ORÇAMENTO.....	1788
5. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1788
5.1. DA REVISÃO CONTRATUAL.....	1788
5.2. O DIREITO DE ARREPENDIMENTO.....	1789
5.3. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	1789

5.4. DOS CONTRATOS DE ADESAO.....	1790
5.5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	1790
6. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1791
6.1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	1791
6.2. TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR.....	1792
7. DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	1793
8. DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO.....	1793
9. INFRAÇÕES PENAIS NO CDC.....	1793

+ SÚMULAS APLICÁVEIS..... 1793

1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC).....	1793
2. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA REPARAÇÃO DOS DANOS.....	1794
2.1. DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO.....	1794
2.2. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO (PRAZOS E GARANTIAS).....	1794
3. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS.....	1794
3.1. DA PUBLICIDADE.....	1794
3.2. DAS PRÁTICAS ABUSIVAS.....	1794
3.3. DA COBRANÇA DE DÍVIDAS E DOS BANCOS E DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES.....	1794
4. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL.....	1794
4.1. DA REVISÃO CONTRATUAL.....	1795
4.2. DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	1795
5. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....	1795

DIREITO ECONÔMICO..... 1797

Lucas de Souza Lehfeld

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1797
---------------------------------------	------

+ QUESTÕES..... 1799

1. OS FUNDAMENTOS DA ORDEM ECONÔMICA.....	1799
2. OS PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA.....	1799
3. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1802
4. LEI ANTITRUSTE (LEI Nº 12.529/2011).....	1803
4.1. INFRAÇÕES DA ORDEM ECONÔMICA.....	1807
4.2. ACORDO DE LENIÊNCIA.....	1810
4.3. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	1812
5. ACORDOS COMERCIAIS REGIONAIS E GLOBAIS.....	1813

+ DICAS (RESUMO)..... 1816

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO ECONÔMICO.....	1816
2. DOS SUJEITOS INTEGRANTES DA POLÍTICA ECONÔMICA.....	1816

3.	DOS FUNDAMENTOS DA ORDEM ECONÔMICA (ART. 170, <i>CAPUT</i> , DA CF/88).....	1816	7.2.	LENIÊNCIA.....	1819
4.	DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA (ART. 170, INCISOS I A IX, CF)....	1816	7.3.	DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA	1819
5.	DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1817	8.	BLOCOS ECONÔMICOS.....	1819
6.	DO SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.....	1817	8.1.	MERCOSUL	1820
6.1.	CADE.....	1818	8.2.	UNIÃO EUROPEIA.....	1820
7.	LEI ANTITRUSTE (LEI Nº 12.529/2011)	1818	✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	1820
7.1.	DAS INFRAÇÕES DA ORDEM ECONÔMICA	1818	1.	SÚMULAS DO STF	1820
			2.	SÚMULAS DO STJ.....	1821